

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO - SEDESE Nº 03/2024

2º EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE MUNICÍPIOS INTERESSADOS EM APRESENTAR PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, no âmbito da Assessoria de Segurança Alimentar, em conformidade com o Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, a Lei Estadual nº 18.692, de 30 de dezembro de 2009, a Lei Estadual nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, pelo Decreto Estadual nº 47.502, de 2 de outubro de 2018, o Decreto Estadual nº 48.660 de 28 de julho de 2023, Resolução Conjunta SEGOV/AGE 001/2024 e se cabível demais legislações aplicáveis, bem como pelas diretrizes e metas do V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, torna público o presente Edital de Cadastro de municípios do Estado de Minas Gerais interessados a apresentarem propostas para EXECUÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS, para celebração de convênios conforme disponibilidade financeira e orçamentária.

1. PROPOSITO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO

1.1 A finalidade do presente Edital de Credenciamento é a seleção de municípios interessados em apresentar propostas de modernização de Cozinhas Comunitárias, para futura celebração de convênios com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco. A Celebração de parceria envolve a transferência de recursos financeiros para as prefeituras, visando o efetivo funcionamento do equipamento público para a promoção da soberania alimentar, do acesso à alimentação adequada e saudável para a população urbana em situação de insegurança alimentar e nutricional em locais estratégicos (próximo aos CRAS e outros equipamentos da Rede de assistência social), para o desenvolvimento de atividades de inclusão social e produtiva, de fortalecimento da ação coletiva e de identidade comunitária, de ações de qualificação profissional, de ações de educação alimentar e nutricional, e consequentemente, de promoção do direito humano à alimentação adequada e da promoção da saúde no território.

1.2 Será aberta à participação dos municípios do Estado de Minas Gerais, a partir do interesse de participação do município.

1.3 Os interessados poderão examinar o presente edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua participação por meio do endereço eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - <https://social.mg.gov.br>

1.4 O presente edital de credenciamento poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.

1.5 A habilitação do município no Edital de Credenciamento, não assegura automaticamente o direito à celebração de convênios com o Estado de Minas Gerais.

1.6 Não será admitido o recebimento de propostas e documentação após o prazo estabelecido pela Sedese/Assessoria de Segurança Alimentar neste edital.

2. NOTA INTRODUTÓRIA

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante em seu artigo 6º a alimentação como um direito humano social e fundamental.

A Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação saudável e dá outras providências, estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos para assegurar a segurança alimentar e nutricional a todos, em especial às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, respeitando a soberania alimentar.

A Lei Estadual nº 22.806, de 29 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Pesans) e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no âmbito do Estado, traz, em seu artigo 3º, inciso II, como princípios a universalidade e a equidade no acesso à alimentação saudável e adequada.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Minas Gerais, SEDESE-MG, por meio da Assessoria de Segurança Alimentar, trabalha para a efetividade da Política Pública Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável bem como os outros componentes do SISAN no Estado: o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, CONSEA-MG, e a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, CAISANS-MG, acolhidos na estrutura da respectiva Secretaria de Estado e na perspectiva de promover e consolidar a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, de implementar e apoiar ações em articulação com as esferas estaduais e municipais de governo e sociedade civil, respeitando as especificidades regionais, culturais e a autonomia do ser humano por meio do estímulo à participação democrática.

A Assessoria de Segurança Alimentar tem como competência, nos termos do art. 11 do Decreto Estadual nº 48.660 de 28 de julho de 2023, promover, apoiar, fomentar, integrar e desenvolver ações e projetos de promoção à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN no Estado que garantam o acesso à alimentação adequada e saudável à população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, buscando assegurar a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada, em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Pesans vigente; além de apoiar e fomentar, em regime de colaboração com os municípios, o desenvolvimento de estratégias e ações voltadas à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, incentivando o alcance dos seus objetivos e metas instituídas para erradicação da vulnerabilidade alimentar e nutricional e o combate à fome no território; apoiar, fomentar e integrar ações, projetos e programas voltados à SAN que promovam a inclusão social e econômica dos povos originários, povos e comunidades tradicionais e demais grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, em articulação com outras áreas da Sedese e demais órgãos do Poder Executivo federal, estadual e municipal; apoiar e fomentar a estruturação de redes de equipamentos públicos direcionados à temática de SAN nos territórios; fomentar os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, os mecanismos e os instrumentos de exigibilidade do direito humano à alimentação adequada; gerir convênios, parcerias e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, estaduais, municipais, nacionais ou internacionais, que apresentem consonância com a Pesans; apoiar políticas de combate à fome junto aos entes federados e aos demais órgãos e entidades do Estado, em busca da realização do direito humano à alimentação adequada e saudável; apoiar e disseminar metodologias, estudos, indicadores e outros instrumentos de monitoramento e avaliação de implementação das políticas, programas, projetos, serviços e ações fomentados e implementados por esta Assessoria de Segurança Alimentar, apoiar o mapeamento e diagnóstico referente à temática de SAN realizados pelos municípios em seus territórios; apoiar a difusão e multiplicação de dados, informações, estudos e pesquisas, além de iniciativas inovadoras em SAN; apoiar políticas voltadas ao acesso à alimentação adequada e saudável, à produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos; à educação alimentar e nutricional, ao acesso à água e ao monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada; realizar ações de integração e intersectorialidade com outras áreas da Sedese e órgãos e entidades do Estado para a implementação das ações afetas à Assessoria de Segurança Alimentar, em consonância com as diretrizes da Pesans e do Plesans; apoiar e fomentar a efetividade do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios aderidos; apoiar e fomentar o acesso aos bens e serviços públicos relacionados à temática de SAN pelas populações que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, considerando a Soberania Alimentar e a diversidade étnica, cultural e regional da população mineira; promover ações de cooperação regional e municipal, com o objetivo de descentralizar a Pesans; promover o diálogo e a atuação conjunta com os órgãos governamentais e a sociedade civil, em conjunto com a Assessoria de Relações Institucionais e com o Núcleo Estratégico de Articulação Institucional e Apoio aos Órgãos Colegiados; apoiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão na celebração, no monitoramento e na fiscalização e na prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres na sua área de competência, quando necessário; acompanhar a execução orçamentária dos programas e ações relativos à competência da Assessoria de Segurança Alimentar.

As Cozinhas Comunitárias são consideradas Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN) e integram a estrutura operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Caracterizam-se como Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), com produção mínima de 100 refeições por dia e funcionamento de, no mínimo, 5 dias por semana. Normalmente são instituídas em territórios com elevado percentual de pessoas em situação de extrema pobreza/pobreza, estabelecidas em periferias nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Neste contexto, além da garantia de acesso a uma refeição de qualidade, as cozinhas comunitárias se apresentam como um espaço de implementação de atividades de inclusão social produtiva, de fortalecimento de ações coletivas e fortalecimento da identidade comunitária e de promoção de atividades de educação alimentar e nutricional, devendo estes equipamentos estarem articulados com os CRAS.

A qualificação profissional refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades e competências que uma pessoa adquire por meio de educação formal, treinamento específico, experiência prática e desenvolvimento contínuo, tem como objetivo de preparar as pessoas para o trabalho, emprego, ocupação, empregabilidade e geração de renda. Neste contexto, além de proporcionar acesso à educação e treinamento, a qualificação profissional se apresenta como uma alternativa para buscar empregos melhor remunerados ou até mesmo iniciar seus próprios empreendimentos, proporcionando maior independência financeira e promovendo a equidade, coesão social e dignidade dos indivíduos.

3. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

3.1 O presente processo de Credenciamento de interessados em apresentar propostas de Modernização das cozinhas comunitárias nos municípios do Estado de Minas Gerais, para possível celebração de Convênio de Saída, conforme disponibilidade orçamentária e financeira, obedecerá às exigências constantes no Decreto Estadual nº 46.319, de 26/09/2013, no Decreto Estadual nº 48.138, de 17/02/2021 e no Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, bem como nas condições fixadas neste Edital e os respectivos Anexos que o compõem.

3.2 Este Edital e outros anexos encontram-se disponíveis no site eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no seguinte endereço: <http://social.mg.gov.br/a-sedese/seguranca-alimentar/parceiros/editais>

3.3 O processo de credenciamento de que trata este edital obedecerá às seguintes etapas conforme o cronograma previsto na Cláusula Décima Primeira deste edital:

a. Primeira etapa: envio da documentação e proposta;

b. Segunda etapa: análise documental;

c. Terceira etapa: inabilitação ou habilitação e divulgação dos municípios inabilitados e dos habilitados a serem credenciados e resultado após impugnações;

d. Quarta etapa: credenciamento para convênio;

e. Quinta etapa: acompanhamento da execução do convênio

3.3.1 Compete à Sedese/ASA a efetivação das atividades previstas na segunda, terceira, quarta e quinta etapas.

3.3.2 A quarta e a quinta etapas do item 11 serão aplicadas exclusivamente aos municípios habilitados que forem devidamente convocados para a celebração do convênio.

3.4 Os MUNICÍPIOS assumem TODOS os eventuais custos relativos à preparação e apresentação das respectivas propostas e o Estado de Minas Gerais não será, em NENHUM caso, responsável por esses custos.

3.5 Qualquer modificação no Edital de Credenciamento que exija alteração do seu texto original, será realizado por meio de retificação do documento publicado no site eletrônico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

3.6 Os municípios interessados em participar do credenciamento do projeto de cozinhas comunitárias deverão apresentar propostas considerando as condições para participação estabelecidas no EDITAL 03/2024.

3.7 Ao encaminhar a proposta, os interessados se comprometem com a autoria, a veracidade e a autenticidade das informações apresentadas, podendo ser desclassificada e responsabilizada a qualquer momento, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a imprecisão ou a falsidade de informações ou documentos apresentados.

4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto do presente Edital de Credenciamento, a seleção de propostas municipais para modernização de Cozinhas Comunitárias para a possível celebração de Convênio de Saída, conforme disponibilidade orçamentária e financeira no âmbito da Ação Orçamentária Ação 4196: Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, nos termos e condições estabelecidas neste instrumento e respectivos anexos.

4.2 A seleção objeto deste Edital SEDESE Nº 03/2024 abrange entes federativos municipais que possuem Cozinhas Comunitárias em funcionamento, sendo responsável pela gestão operacional do equipamento público.

4.3 A participação do ente interessado ocorrerá por meio de envio da proposta no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme consta no item 6.

5. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

5.1 A Vigência do Edital de Credenciamento será de 18 (dezoito) meses, contados a partir da Publicação do Resultado Final dos municípios selecionados, no extrato do diário Oficial dos Poderes do Estado.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Somente poderão participar da presente seleção os Municípios interessados e que atendam aos seguintes requisitos:

I - Disponham de estrutura e capacidade técnica e gerencial para execução do Projeto Cozinha Comunitária, conforme Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial (anexo II);

II - Disponham de espaço físico com estrutura apropriada e em condições sanitárias e de segurança de acordo com as normas técnicas, e protocolos sanitários vigentes;

III - Disponham do exercício pleno dos poderes inerentes à Cozinha Comunitária objeto da modernização;

IV - Tenham enviado o Projeto Técnico de Modernização de Cozinha Comunitária (modelo ANEXO III) no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e encaminhado toda a documentação necessária enumerada no item 12 no tempo determinado por este Edital para envio das Propostas;

VI - Estar regularizado no Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais (Cagec);

VI - Atendam a todas as exigências constantes deste Edital e de seus anexos.

6.2 NÃO poderão participar deste Edital, os Municípios:

I - cuja Cozinha Comunitária não faça parte da rede pública municipal, ou seja, que pertença à rede privada;

II - que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual;

III - que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, o que ocorrerá sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

IV - que tenha pendências na prestação de contas de instrumento anteriormente firmado com a Administração Pública;

V - que esteja inadimplente com a Administração Pública do Poder Executivo Estadual ou com pendências documentais no Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais – Cagec, salvo exceções previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, para eventual celebração de convênio.

VI - que não atenda às exigências do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, além das previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária.

VII - que direcione transferências fundo a fundo ou quando previsto na legislação específica procedimento próprio de repasse.

VIII – Os municípios que já foram contemplados com o Edital SEDESE Nº 11/2023 que também visava a modernização de cozinhas comunitárias.

6.3 Para incluir as propostas no SEI verificar o Manual de Peticionamento para Usuários Externos disponível em <http://social.mg.gov.br/a-sedese/seguranca-alimentar/parceiros/editais>

6.4 Os municípios com dívidas em relação ao Peticionamento no SEI devem entrar em contato com a equipe da Sedese pelo e-mail seinforma@social.mg.gov.br ou pelo telefone (31) 3916-7882.

7. OBJETIVO DO EDITAL

7.1 O presente edital tem por objetivo apoiar a execução do projeto de Modernização de Cozinhas Comunitárias nos Municípios do Estado de Minas Gerais, por meio de repasse de recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes que permitam ampliar/melhorar os serviços ofertados pelas Cozinhas Comunitárias no combate à insegurança alimentar, na promoção do acesso físico a alimentos saudáveis e de qualidade, complementando as necessidades nutricionais, prioritariamente a famílias e pessoas em situação de extrema pobreza e em vulnerabilidade social, referenciada pelos Equipamentos Públicos da Rede Socioassistencial, assim como à melhoria da empregabilidade e geração de renda dos trabalhadores, através da qualificação profissional, levando em conta a realidade local.

8. PÚBLICO-ALVO

8.1 Com o objetivo de promover uma abordagem mais direcionada e eficaz na modernização das Cozinhas Comunitárias, este edital é voltado para as prefeituras, visando atender de forma prioritária e eficiente as comunidades e grupos sociais mais vulneráveis à fome e à insegurança alimentar, isso permite uma gestão mais ágil e adaptável às particularidades locais, bem como uma supervisão mais próxima da execução do projeto. Além disso, essa abordagem facilita a coordenação entre os órgãos estaduais e municipais, promovendo a integração de recursos e conhecimentos em prol da melhoria da segurança alimentar e nutricional da população.

8.2 O público-alvo das Cozinhas Comunitárias deverá ser constituído, prioritariamente, por grupos sociais e nutricionalmente vulneráveis à fome e à insegurança alimentar, a exemplo de trabalhadores de baixa renda, idosos, desempregados, mulheres pretas e pardas pobres ou extremamente pobres, comunidades tradicionais, população em situação de rua, populações desassistidas e situadas abaixo da linha de pobreza.

9. DOS RECURSOS FINANCEIROS - DO VALOR

9.1. Para fazer face às despesas decorrentes deste Edital, serão comprometidos recursos não reembolsáveis no valor total de R\$ 600.000,00 (seis mil reais) para até 10 (dez) equipamentos públicos que serão suplementadas na Ação Orçamentária Ação 4196: Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, cujos recursos serão transferidos em conformidade com o ordenamento jurídico e após procedimentos de celebração do Convênio de Saída devidamente finalizado e aprovado;

9.2 A SEDESE apoiará financeiramente a modernização dos Equipamentos conforme descrito nesta Cláusula deste Edital de Credenciamento;

9.3 O município receberá o valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por cozinha selecionada que poderá ser utilizado para custeio e investimento, podendo o município utilizar recurso próprio para somar ao valor, como contrapartida, conforme disposto no item 13.

9.4 Os municípios interessados deverão apresentar um planejamento considerando os valores de repasse estabelecidos, conforme item 9, devendo o valor total solicitado estar fundamentado em estimativa de custos, conforme as metas definidas para o alcance do objeto proposto;

9.5 Os Parâmetros Mínimos para apoio financeiro deverão ser apresentados como estimativas de custo fundamentadas, do valor total solicitado, conforme as metas definidas para o alcance do objeto proposto;

9.6 O município interessado deve elaborar proposta para atendimento do objeto dentro do valor limite estabelecido pelo Edital. A proposta deverá ser previamente submetida à validação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (caso exista) ou pelo Conselho Municipal de Assistência Social. O município deverá apresentar 01 proposta para cada Cozinha Comunitária, podendo participar com um ou mais equipamento público.

10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo de credenciamento deverão ser apresentados em até 5 (cinco) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à data da publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial de Minas Gerais.

10.2 Os pedidos de esclarecimento podem ser enviados à Assessoria de Segurança Alimentar (ASA) de forma eletrônica para e-mail asa@social.mg.gov.br. Os pedidos de esclarecimentos deverão possuir a identificação do interessado, com o nome da pessoa física e o CPF ou o nome da pessoa jurídica e o CNPJ.

10.3 As respostas prestadas aos pedidos de esclarecimentos serão juntadas aos autos do processo deste chamamento público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no site da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese: [site http://social.mg.gov.br/a-sedese/seguranca-alimentar/parceiros/editais](http://social.mg.gov.br/a-sedese/seguranca-alimentar/parceiros/editais)

11. DOS PRAZOS

11.1 No dia útil subsequente ao término do prazo para publicidade do Edital será iniciado o prazo para demonstração do interesse do município com a elaboração da proposta, envio e entrega dos documentos;

11.2 O prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos é de 11 (onze) dias, contados na forma do item 11, tabela 01 cronograma de etapas;

11.3 A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social deverá dar ampla publicidade no respectivo site eletrônico em que este Edital se encontra disponível, ao prazo de elaboração da proposta e entrega dos documentos.

Tabela 1 – Cronograma de etapas

Cronograma das 1ª, 2ª e 3ª etapa

ETAPAS	PRAZOS
Publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e disponibilização do Edital de Cadastro de Interessados na execução de projetos de Modernização de Cozinhas Comunitárias - Edital SEDESE Nº 03/2024 e no site da SEDESE-MG.	03 de maio
Data para início de envio da Proposta de Modernização das Cozinhas Comunitárias (documentações conforme ANEXO A) do município à SEDESE/GAB - ASA, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, incluindo o Ofício de Requerimento de Inscrição no Edital de Credenciamento nº03/2024, deverá entregar todos os documentos previstos neste Edital exclusivamente em meio digital, por meio de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI (unidade SEDESE/GAB- ASA), conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEC Nº 9921, de 02/10/2018.	04 de maio
Data limite para manifestação do interesse e inclusão e envio da Proposta de Modernização das Cozinhas Comunitárias (documentações conforme ANEXO III) do proponente à SEDESE/GAB-ASA, incluindo o Ofício de Requerimento de Inscrição no Edital de Credenciamento nº 03/2024, e deverá entregar todos os documentos previstos neste Edital exclusivamente em meio digital, através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI (unidade SEDESE/GAB-ASA), conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEC Nº 9921, de 02/10/2018.	13 de maio
Prazo para a equipe da Assessoria de Segurança Alimentar analisar as documentações enviadas pelos municípios e verificar o atendimento aos critérios de participação.	15 de maio
Publicação do Resultado da Habilitação dos municípios selecionadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e no site eletrônico da SEDESE-MG.	16 de maio
Data limite para recebimento das possíveis impugnações de recurso sobre o resultado preliminar dos municípios habilitados por meio do endereço eletrônico asa@social.mg.gov.br	21 de maio
Análise das possíveis impugnações e prazo para o dirigente máximo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social analisar e decidir sobre os recursos	22 de maio
Publicação do Resultado Final dos municípios selecionados	23 de maio

Cronograma da 4ª e 5ª Etapas, sujeito à disponibilidade orçamentária e financeira

ETAPAS	PRAZOS
Prazo para os municípios selecionados cadastrar, assinar e finalizar os procedimentos referente a proposta de Plano de Trabalho no Sistema SIGCOM Saída para celebração de convênio, para que esta possa ser analisada pelo setor de Convênios e Parcerias da SEDESE.	Até 13 de junho
Análise e formalização do Convênio final para aprovação do Plano de Trabalho Final no Sistema SIGCOM Saída pela SEDESE, nos instrumentos a serem celebrados como Convênio de Saída	Até 03 de julho
Repasse do recurso financeiro aos municípios	Até 05 de julho



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202405030125510142.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA SELEÇÃO (Etapa 1ª, 2ª e 3ª Etapa)

- 12.1 Habilitação da Proposta de Modernização de Cozinha Comunitária
- 12.1.1 Fase I: A fase de habilitação terá caráter eliminatório;
- 12.1.2 A Proposta de Modernização da Cozinha Comunitária consiste na descrição das condições e potencialidades existentes para a modernização da Cozinha Comunitária. As propostas deverão ser incluídas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) preenchidas conforme roteiro para elaboração da proposta (ANEXO III, observando os critérios estabelecidos nos ANEXOS I e II). Obedecendo ao prazo estabelecido no item 11 – Dos prazos.
- 12.1.3 Os documentos enumerados abaixo deverão ser anexados à proposta, compondo o critério eliminatório:
- a. Projeto Técnico (modelo - anexo III);
- b. Alvará Sanitário;
- c. Declaração de Capacidade Técnica e Gerencial (anexo II);
- d. Declaração do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável ou Conselho de Assistência Social relatando que a Cozinha Comunitária atua em consonância com a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- 12.1.4 A Proposta de Modernização de Cozinha Comunitária deverá ser submetida a validação por uma instância de controle social instituída pelo poder público (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (caso exista) ou pelo Conselho Municipal de Assistência Social)
- 12.2 Processo de Habilitação da Proposta de Modernização de Cozinha Comunitária
- 12.2.1 Envio da proposta
- 12.2.2 O envio da proposta do Convênio à SEDESE/GAB-ASA, será realizado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) (unidade SEDESE/GAB-ASA), onde deve ser encaminhado: Ofício de Requerimento de Inscrição descrito no Edital de Credenciamento nº 03/2024; Formulário de Projeto técnico, conforme Anexo III e documentos relacionados no anexo (observando os critérios estabelecidos nos ANEXOS I e II); todos os documentos devem estar devidamente assinados pelo representante legal do município, além das cópias de toda a documentação, declarações e projetos exigidos por este edital.
- 12.2.3 Recebimento da proposta pela Assessoria de Segurança Alimentar:
- Os documentos serão recebidos, organizados e previamente avaliados observando os requisitos mínimos e critérios definidos neste Edital. A Assessoria de Segurança Alimentar irá auxiliar os municípios quanto à documentação exigida e possíveis problemas quanto ao procedimento de inclusão do Processo no SEI.
- 12.3 Análise a ser realizada pela Assessoria de Segurança Alimentar
- 12.3.1 A análise das documentações enviadas pelos municípios interessados será realizada pela Assessoria de Segurança Alimentar, que irá apresentar propostas ou sugestões de alteração, no que couber, das regras do Credenciamento público e dos critérios objetivos para a concessão do fomento tendo em vista o aperfeiçoamento das edições futuras; zelar pela observância do disposto no Edital, responder questionamentos, dirimir dúvidas e deliberar sobre os casos omissos; redigirá Ata das Reuniões e aprovará o documento sobre a publicação do resultado.
- 12.3.2 A inscrição do interessado neste processo de credenciamento por meio dos Anexos II e III devidamente preenchidos, acompanhados de toda a documentação exigida no item 12 implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela SEDESE/ASA, independente de declaração expressa.
- 12.4 Fase II: Avaliação das Propostas de Modernização da Cozinha Comunitária
- 12.4.1 A fase de avaliação das Propostas terá caráter classificatório. Somente os Municípios que apresentarem toda a documentação classificatória, de acordo com o item 11 e 12, terão suas propostas avaliadas mediante os critérios técnicos classificatórios descritos a seguir e no ANEXO I deste Edital:
- a. Critério 1: Caracterização da Realidade Sócio-Territorial e Insegurança Alimentar;
- b. Critério 2: Preenchimento da Proposta Técnica;
- 12.5 Fase III: Classificação e seleção das Propostas de Modernização das Cozinhas Comunitárias
- 12.5.1 A classificação e seleção das propostas dos projetos de Modernização das Cozinhas Comunitárias, ocorrerá pela avaliação dos critérios de classificação e atribuição de pontos sobre o projeto técnico conforme mencionado no Anexo III e seus subitens descritos no ANEXO I deste Edital, os quais deverão ser agregados à proposta no momento do envio.
- 12.5.2 A Habilitação dos municípios/ propostas ocorrerá conforme avaliação dos critérios, sendo o limite de corte para seleção o comprometimento integral dos recursos orçamentários informados no item 9 – Dos Recursos Financeiros.
- 12.6 Impossibilidade de cadastramento da proposta
- 12.6.1 No caso de impossibilidade de cadastramento da proposta e/ou envio dos documentos para efeitos de habilitação, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, (unidade SEDESE/GAB-ASA), desde que comprovada a inoperância do sistema pelo seu órgão gestor, serão aceitas propostas encaminhadas para o endereço eletrônico asa@social.mg.gov.br, respeitada a data limite para envio, prevista no item 11. A proposta encaminhada pelo e-mail em caso de inoperância do Sistema Eletrônico de Informações - SEI deve ser acompanhada de Ofício que contenha a justificativa de tal encaminhamento e toda documentação solicitada pelo Edital.
- 12.7 Processo de Habilitação de Municípios Interessados e publicação do resultado
- 12.7.1 O processo de Habilitação dos Municípios interessados, deste instrumento editalício será conduzido pela equipe da Assessoria de Segurança Alimentar, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.
- 12.7.2 O resultado dos municípios Habilitados será publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais (DOEMG) e divulgado na página da Sedese: <http://social.mg.gov.br/a-sedese/seguranca-alimentar/parceiros/editais>
- 12.7.3 O resultado será composto por lista em ordem de prioridade com os municípios habilitados e selecionados.
- 12.7.4 A seleção e habilitação dos municípios e propostas não obrigam a SEDESE a formalizar instrumento de transferência de recursos com os municípios.
13. PROCEDIMENTOS A SEREM REALIZADOS APÓS A HABILITAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (ETAPA 4ª E 5ª)
- 13.1 A transferência dos recursos financeiros para os MUNICÍPIOS HABILITADOS, neste momento, CONVENIENTES, selecionados nos termos deste Edital se dará por meio de Convênio de Saída para seleção de propostas para Modernização de Cozinhas Comunitárias localizados nos municípios do Estado de Minas Gerais, de acordo com o item 6.
- 13.2 A formalização do Convênio de Saída se dará por meio do preenchimento da proposta de plano de trabalho no Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais – SIGCON-MG – Módulo Saída, conforme estabelece a Secretaria de Estado de Governo, em especial o Decreto nº 48138, de 17 de fevereiro de 2021, que “dispõe sobre o Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Poder Executivo”.
- 13.3 A relação de documentos para celebração do Convênio de Saída oriundo do presente processo de seleção pública está apresentada no ANEXO V – MINUTA DO CONVÊNIO DE SAÍDA E SEUS ANEXOS.
- 13.4 O processo de Seleção Pública para celebração do Convênio de Saída, previsto neste Edital, terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, sendo o repasse financeiro realizado a partir da publicação do respectivo Convênio de Saída no Diário Oficial do Estado.
- 13.5 A vigência do Convênio de Saída a ser celebrado será de 12(doze) meses, a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Poderes do Estado, podendo ser renovado por iguais períodos, por interesse do Estado e com anuência do CONVENIENTE, limitado ao prazo máximo a 2.192 dias corridos, conforme Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023, e legislações aplicáveis.
- 13.6 Poderão ser celebrados aditivos para prorrogação de vigência aos Convênios de Saída celebrados no âmbito deste Credenciamento chamamento público, conforme Decreto Estadual nº 48.745/2023.
- 13.7 Será exigido dos convenientes que apresentem contrapartida financeira ou não, com cálculo de contrapartida Mínima do proponente conforme Decreto Estadual nº 48.745/2023 e modelo disponível em: <https://sigconsaida.mg.gov.br/convenios/contrapartida/>
- 13.8 As CONVENIENTES assumem TODOS os eventuais custos relativos à preparação e apresentação das respectivas propostas e o Estado de Minas Gerais não será, em NENHUM caso, responsável por esses custos.
- 13.9 Ao encaminhar a proposta, a CONVENIENTE se compromete com a autoria, a veracidade e a autenticidade das informações apresentadas, podendo ser desclassificada a qualquer momento, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente, caso seja constatada a imprecisão ou a falsidade de informações ou documentos apresentados.
- 13.10 Os interessados no credenciamento para execução do projeto de cozinhas comunitárias deverão apresentar propostas considerando as condições estabelecidas neste edital para participação, e considerar que o repasse financeiro deve prever aquisição de utensílios, equipamentos eletrodomésticos e móveis.
- 13.11 Não serão consideradas propostas em que o Município signatário encontra-se bloqueado, na tabela de credores do Sistema Integrado da Administração Financeira – SIAFI-MG ou que apresentar pendências documentais no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC, salvo exceções previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 13.12 A contrapartida de que trata o artigo anterior poderá ser atendida por meio de recursos, financeiros ou não, desde que economicamente mensuráveis.
- 13.13 A contrapartida financeira deverá ser depositada na conta bancária específica do convênio de saída e em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, constante do plano de trabalho.
- 13.14 A contrapartida não financeira, quando aceita pela CONCEDENTE, será atendida por meio de bens e serviços, desde que relacionados ao objeto do Convênio de Saída, devendo o conveniente apresentar memória de cálculo que permita mensurar economicamente o valor a ser aportado.
- 13.15 O CONVENIENTE deverá apresentar à CONCEDENTE, juntamente com a proposta de plano de trabalho, declaração indicando as dotações específicas relacionadas à contrapartida financeira, observando-se a natureza e o item da despesa de cada uma delas.
- 13.16 A contrapartida exigida será calculada com base no valor do repasse a ser efetuado pela CONCEDENTE, observando-se os percentuais e as condições previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 13.17 Apresentar Declaração de que os recursos referentes à contrapartida estão assegurados mediante recursos próprios do município CONVENIENTE, assinada pelo representante legal do CONVENIENTE, conforme modelo disponível em: <https://sigconsaida.mg.gov.br/padronezacao-convenios/> ;
- 13.18 Apresentar Declaração de autenticidade de TODOS os documentos apresentados, assinada pelo representante legal do CONVENIENTE conforme modelo disponível em <https://sigconsaida.mg.gov.br/padronezacao-convenios/> ;
- 13.19 O CONVENIENTE deverá comprovar, até o ato da assinatura do Convênio de Saída, que existe previsão de contrapartida em sua Lei Orçamentária.
- 13.20 O CONVENIENTE que oferecer contrapartida não financeira deverá apresentar memória de cálculo e os documentos que comprovem o custo unitário dos bens ou serviços a serem utilizados na execução do convênio de saída. As despesas relativas à contrapartida não financeira oferecidas pela Administração Pública deverão correr à conta de dotações orçamentárias próprias para as respectivas atividades.
14. DESPESAS COBERTAS COM RECURSOS DO FUTURO CONVÊNIO DE SAÍDA:
- 14.1. Despesas de Investimento e Custeio:
- a. Equipamentos e Móveis Novos: É possível adquirir equipamentos e móveis novos que sejam essenciais para o funcionamento da cozinha comunitária. Exemplos incluem câmara fria, fornos, mesas em inox, entre outros. Para a aquisição de bens permanentes com instalação é necessário a observância e atendimento ao art. 2º da Resolução Conjunta Segov/Age/ Nº 001/2024.
- b. Veículo para Transporte de Alimentos ou Carro Plataforma: Se necessário, o convênio permite a compra de um carro plataforma ou outro veículo adequado para o transporte de alimentos, garantindo a distribuição eficaz.
- c. Equipamentos Eletroeletrônicos e/ou de Informática: A aquisição de equipamentos como computadores, geladeiras, ar-condicionado, freezers ou outros dispositivos eletroeletrônicos essenciais para a gestão da cozinha comunitária é permitida. Para a aquisição de bens permanentes com instalação é necessário a observância e atendimento ao art. 2º da Resolução Conjunta Segov/Age/ Nº 001/2024.
- d. Equipamentos de Proteção Individual: Os recursos do convênio podem ser usados para comprar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os funcionários da cozinha, garantindo sua segurança durante as operações.
- e. Equipamentos para Adequação e/ou Melhoria Sanitária: Inclui despesas relacionadas à adequação das instalações sanitárias da cozinha comunitária, como a compra de caixas para armazenar alimentos de forma higiênica e segura.
- f. Gás de Cozinha: Os custos com gás de cozinha podem ser cobertos pelo convênio, garantindo que a cozinha funcione sem interrupções.
- g. Descartáveis: A compra de utensílios descartáveis, como copos, pratos, talheres e embalagens, pode ser financiada pelos recursos do convênio.
- h. Materiais de Higiene e Limpeza: Itens essenciais para a manutenção da higiene da cozinha, como produtos de limpeza, sabão, detergentes e papel toalha, também estão incluídos nas despesas cobertas pelo convênio.
- i. Marketing e Divulgação: Gastos com marketing e divulgação das atividades de promoção ou eventos, podem ser financiadas pelos recursos do convênio.
- 14.2 Outras despesas de custeio, investimento e serviço, serão analisadas pela área técnica na proposta do plano de trabalho do convênio que poderá ser celebrado com o município.
15. DESPESAS NÃO COBERTAS COM RECURSOS DO FUTURO CONVÊNIO DE SAÍDA
- 15.1 Não poderão ser destinados recursos alocados ao Convênio (item 9), para custear os seguintes itens:
- a. Despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- b. Pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c. Utilização, ainda que em caráter emergencial, dos recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- d. Realização de despesa em data anterior à vigência do instrumento, a título de taxa ou comissão de administração, de gerência ou similar, com taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora do prazo, ressalvadas as hipóteses constantes de legislação específica;
- e. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- f. Despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pela SEDESE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- g. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;
- h. Realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;
- i. Despesas para elaboração da Proposta de Trabalho;
- j. Pagamento de diárias e passagens a militares, servidores e empregados públicos da ativa, exceto quando se tratar de militares, servidores e empregados pertencentes ao quadro de pessoal do CONVENIENTE e necessários à execução do Convênio e desde que pagos com recursos da contrapartida;
- k. Despesas gerais de custeio do CONVENIENTE (água, luz, telefone) ou que tenham por finalidade equiparar;
- l. Despesas eventuais, desnecessárias ou que não guardem pertinência direta com o objeto deste Edital;
- m. Aquisição de bens móveis usados;
- n. Aquisição de bens imóveis;
- o. Aquisição de materiais e equipamentos usados;
- p. Compra ou desapropriação de terrenos para atender a qualquer chamada; e
- q. Aquisição de gêneros alimentícios.
16. DAS MESAS TÉCNICAS
- 16.1 Após a publicação do resultado da seleção, conforme item 11 - Dos Prazos, a SEDESE/Assessoria de Segurança Alimentar convocará os municípios para as Mesas Técnicas, que terão por objetivos: pactuar os procedimentos e prazos previstos para contratação e execução dos projetos, orientar os parâmetros para o cadastramento dos Planos de Trabalho, além de apresentar as estratégias e ferramentas para monitoramento e gestão dos projetos para compor o processo de Convênio de Saída.
- 16.2 As Mesas Técnicas serão realizadas por videoconferência, sendo imprescindível a participação dos técnicos analistas dos municípios, desejável, a participação dos gestores dos instrumentos a serem celebrados com Convênio de Saída, tendo como objetivo orientar a inclusão e aprovação dos Planos de Trabalho, pactuar os procedimentos e prazos para a licitação se necessária por parte do Município e contribuir com a capacitação dos técnicos em relação às diretrizes da Assessoria de Segurança Alimentar.
- 16.3 Os CONVENIENTES que não puderem participar das Mesas Técnicas, assim como os demais, deverão realizar a inclusão do Plano de Trabalho conforme os materiais que estarão disponíveis no site eletrônico do Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias - SIGCON Saída.
- 16.4 Na hipótese de o município selecionado não atender aos requisitos exigidos, aquela imediatamente melhor classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ela apresentada.
17. DA FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO DE SAÍDA
- 17.1 Os CONVENIENTES deverão elaborar e preencher o Plano de Trabalho Inicial no SIGCON, adoção ao modelo gerado automaticamente pelo SIGCON, elaborado conforme a Resolução Conjunta Segov/CGE nº 01, de 26 de maio de 2017, validada pela Advocacia Geral do Estado através das Notas Jurídicas AGE/NAJ nº 1506 e 1573, e suas atualizações, com a descrição das metas e etapas a serem executadas. A definição de metas e etapas deverá levar em consideração os parâmetros apresentados pelos materiais de orientação, disponíveis na Plataforma do Sistema de Gestão de Convênios e Parcerias: <https://sigconsaida.mg.gov.br/>, e de acordo com a legislação vigente e pertinente supracitada.
- 17.2 A celebração de convênio de saída se efetivará com os CONVENIENTES que tenham atribuição legal ou estatutária relacionada ao seu objeto e condições técnicas para executar o projeto.
- 17.3 A manutenção da regularidade no CAGEC deverá ser confirmada pela CONCEDENTE por meio de consulta ao Portal de Convenientes – www.portalcagec.mg.gov.br – antes da assinatura do convênio de saída.
- 17.4 Os projetos do objeto do presente Edital terão prazo de execução de 12(doze) meses, contados a partir da assinatura do Convênio, salvo atuação que dependa da atuação do Contratado. Os projetos contratados poderão ter suas cláusulas e condições alteradas, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto pactuado.
- 17.5 O acompanhamento técnico e financeiro do Convênio de Saída será feito de acordo com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2024 - Lei nº 24.404, de 2023 (LDO 2024); Decreto Estadual nº 48.745/2023, Resolução Conjunta Segov/AGE 001/2024, Lei Federal 14.133/2021 e se cabível demais legislações aplicáveis e de suas alterações vigentes à época da celebração do convênio e suas atualizações, podendo ser complementado com visitas in loco, solicitação de relatórios de atividades físico-financeiros, reuniões técnicas ou outros mecanismos de acompanhamento, a critério da SEDESE/Assessoria de Segurança Alimentar.
- 17.6 A SEDESE reserva-se no direito de acompanhar e monitorar inteiramente as atividades de elaboração e implantação, bem como a operação e gestão dos Programas financiados. Em consonância com o Decreto nº 46.319/2013.
- 17.7 O convênio de saída deverá ser executado pelos participantes, consoante as cláusulas pactuadas, a legislação vigente e, ainda, o plano de trabalho e os documentos apresentados na celebração.
- 17.8 A celebração do convênio de saída será precedida de análise e manifestação das áreas técnicas e jurídica da concedente.
- 17.9 No prazo de até 30 (trinta) dias após a liberação da primeira parcela ou da parcela única do convênio de saída, a CONCEDENTE deverá enviar comunicado ao CONVENIENTES contendo: I - informações sobre o repasse realizado; e II - instruções sobre o prazo para envio dos relatórios de monitoramento de metas e outros documentos que demonstrem o andamento da execução.
- 17.10 É VEDADO, durante a vigência do convênio de saída, a celebração de novo convênio com o mesmo CONVENIENTES e com idêntico objeto, considerando todos os seus elementos e a sua descrição nos planos de trabalho.
18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTES
- 18.1 Prestar contas, parcial ou final, dos recursos do CONVÊNIO DE SAÍDA, nos moldes e prazos previstos no Decreto Estadual nº 48.745/2023, Resolução Conjunta Segov/AGE 001/2024 e se cabível demais legislações aplicáveis, observada a documentação específica para o tipo de objeto do presente instrumento;
- 18.2 Devolver ao Tesouro Estadual, na proporcionalidade dos recursos transferidos e da contrapartida, os saldos em conta corrente e de aplicação financeira, por meio de Documento de Arrecadação Estadual – DAE, até 30 (trinta) dias após o término da vigência;
- 18.3 Responsabilizar-se pelo recolhimento aos órgãos competentes de todos os impostos, taxas, encargos, tributos sociais, trabalhistas e previdenciários, e comprová-lo na prestação de contas, eximindo o CONCEDENTE da responsabilidade solidária, bem como da responsabilidade técnica, civil e criminal decorrentes da execução de obras e serviços;
- 18.4 Responder, diretamente, por qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária intentada contra o CONCEDENTE oriunda de qualquer membro da equipe do CONVENIENTE.
19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
- 19.1 Observados os itens 1 e 9, o CONVENIENTE poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da publicação do resultado da parcial, nos casos de habilitação ou inabilitação das propostas. O recurso deverá ser enviado à Assessoria de Segurança Alimentar, por meio do SEI: Unidade SEDESE/GAB-ASA ou e-mail: asa@social.mg.gov.br, que o encaminhará para a decisão da autoridade máxima, nos termos da Lei Estadual nº 14.184/2002 e de suas alterações vigentes à época da celebração do convênio e suas atualizações.
- 19.2 Findo esse período, o prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação do resultado, impugnado ou não o recurso, a autoridade máxima da SEDESE em 1 (um) dia, poderá reconsiderar sua decisão, observado o disposto Decreto Estadual nº 48.745, de 29 de dezembro de 2023 e em consonância com o art. 51 Lei Estadual nº 14.184/2002.
20. DA PUBLICIDADE DO EDITAL
- 20.1 O presente Edital será publicado nos órgãos oficiais do estado, conferindo publicidade ao ato, em conformidade com os princípios atinentes à Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição da República, bem como nos artigos 4º, parágrafo 4º, 13 e 15 da Constituição do Estado de Minas Gerais.
21. DA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO DO RESULTADO DE HABILITAÇÃO
- 21.1 É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, o resultado parcial deste instrumento editalício em até 05 (cinco) dias úteis antes da data final do resultado final, devendo a Assessoria de Segurança Alimentar e Nutricional analisar, avaliar, julgar e responder à impugnação em 1(um) dia.
- 21.2 As respostas prestadas aos pedidos de impugnação serão juntadas aos autos do processo deste edital de credenciamento e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no site da Sedese: www.social.mg.gov.br
22. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO
- 22.1 O presente edital poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar sua revogação, sem que disso decorra qualquer direito ou indenização ou ressarcimento para os interessados, seja de que natureza for.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202405030125510143.

23. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 23.1 O monitoramento e avaliação da execução do objeto deste edital será realizado por meio dos relatórios semestrais e final emitidos pelos Municípios à Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias, através da inserção no SIGCON e visitas técnicas realizadas pelos Conselhos e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.
- 23.2 Os relatórios deverão ser apresentados ao Controle Social, a fim de que tomem conhecimento das ações desenvolvidas e legitime as informações ali descritas por meio de Ata/Resolução. Logo, só serão aceitos pela SEDESE se estiverem acompanhados da Ata do Conselho que discutiu e ratificou o referido relatório elaborado pelo município.
- 23.3 Os relatórios deverão constar quaisquer mudanças e motivos que levaram o município a alterar o quadro de metas e/ou a proposta, bem como descrever dificuldades enfrentadas durante todo o processo de execução.
- 23.4 As visitas técnicas serão realizadas nas cozinhas comunitárias contempladas, para monitoramento e avaliação dos serviços pactuados e ofertados.
- 23.5 Em qualquer momento, se for verificado o não cumprimento do objeto pela equipe técnica, seja através de visitas ou por análise dos relatórios, o município será notificado e poderá sofrer as penalidades conforme a legislação vigente.
- 23.6 Observar os Relatórios de Atividades a serem produzidos pelo conveniente, nos termos do art. 2º, incisos XXVII e XXVIII, art. 73, 74 e 78 do Decreto Estadual 48.745/2023.
- 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
- 24.1 A seleção e habilitação dos municípios e propostas não obrigam a SEDESE a formalizar instrumento de transferência de recursos com qualquer dos CONVENIENTES. A formalização destes instrumentos ficará condicionada ao atendimento de todas as diretrizes técnicas estabelecidas em todos os normativos aplicáveis a essa espécie de transferência de recursos, tais como a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2024 - Lei nº 24.404, de 2023 (LDO 2024), Decreto Estadual nº 48.745/2023, Resolução Conjunta SEGOV/AGE 001/2024 e se cabível demais legislações aplicáveis, e de suas alterações vigentes à época da celebração do convênio e suas atualizações.
- 24.2 Após a data limite para apresentação das propostas, não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela SEDESE/GAB- ASA.
- 24.3 Nos casos de propostas encaminhadas em duplicidade será considerada válida, para o efeito de análise, a última proposta e anexos cadastrados/incluídos.
- 24.4 Os CONVENIENTES selecionados nos termos deste Edital deverão:
- 24.5 No caso dos Convênios de Saída, o município deverá cumprir todas as normas sanitárias pertinentes durante a etapa de modernização das Cozinhas Comunitárias, assim como atentar para as mesmas quando da operacionalização e funcionamento da unidade;
- 24.6 A manutenção e a gestão do Equipamento serão de inteira responsabilidade dos municípios, que deverão assegurar a manutenção de créditos orçamentários municipais nos exercícios seguintes, por um período não inferior ao da durabilidade dos equipamentos e materiais a serem adquiridos com recursos do Convênio, 05 (cinco) anos.
- 24.6.1 Para tanto, caberá ao conveniente providenciar a Nomeação de equipe técnica multidisciplinar para supervisão e acompanhamento dos resultados;
- 24.6.2 O envio sistemático de dados gerenciais de implantação e funcionamento da unidade, a qualquer tempo, em formulário eletrônico específico, ou outros instrumentos disponibilizados pela SEDESE.
- 24.7 Este Edital poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; devendo ser anulado por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.
- 24.8 Os atos citados são parte integrante do presente Edital, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.
- 24.9 Os atos obedecerão a seguinte ordem: o processo de credenciamento que abrangerá a avaliação das propostas; a divulgação e a homologação dos Resultados, que por sua vez terá caráter eliminatório e classificatório de acordo com os Critérios estabelecidos no edital; posteriormente ao encerramento da etapa de ordenamento das propostas e habilitação dos municípios, a administração pública de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos legais vigentes relativos a celebração do Convênio de Saída; e na hipótese de o município não atender aos requisitos exigidos, aquele que imediatamente se apresentar melhor classificado poderá ser convidado a aceitar a celebração da parceria nos termos da proposta por ela apresentada.
- 24.10 Qualquer modificação no Edital ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 24.11 Quaisquer correspondências deverão ser remetidas para a Assessoria de Segurança Alimentar, no endereço eletrônico asa@social.mg.gov.br e/ou pelo SEI unidade SEDESE/GAB- ASA.
- 24.12 Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão decididos pela Assessoria de Segurança Alimentar

25. DO FORO

25.1 Diante de quaisquer controvérsias advindas do presente edital de credenciamento, para a solução fica estabelecido o foro da capital do estado – Belo Horizonte.

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

ANEXO I – CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Para classificação dos municípios serão observados os seguintes critérios:

Municípios com maior nível de insegurança alimentar grave e moderada, conforme estabelecido pelo Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional (Mapa InSAN 2022) que tem como objetivo de identificar as famílias e indivíduos que se encontram em insegurança alimentar e nutricional, a partir de dados do Cadastro Único e do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.

Municípios em maior situação de pobreza monetária: maior percentual de famílias com renda per capita inferior a R\$218,00 (duzentos e dezoito reais).

Envio de múltiplas propostas, classificação por prioridade e critérios de aceitação dos projetos técnicos:

1. Envio de Múltiplas Propostas: Os municípios têm a opção de enviar mais de uma proposta para participação neste processo de seleção, caso tenha mais de uma Cozinha Comunitária em seu território de abrangência, respeitando o limite de 1 (uma) proposta por Cozinha Comunitária.
2. Classificação por Prioridade: Caso um município opte por concorrer com várias propostas, será solicitado que o município classifique as suas propostas por ordem de prioridade. A classificação realizada pelo município deve refletir e especificar a importância relativa a cada proposta, para o município, considerando as necessidades locais e os objetivos específicos.
3. O projeto técnico preenchido deverá conter:
 - a. Descrição da realidade que será objeto da parceria, apresentando o nexo entre a essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas;
 - b. Descrição das metas a serem atingidas e das atividades a serem executadas;
 - c. Descrição das melhorias significativas que a modernização da cozinha comunitária trará nos serviços ofertados quanto ao Plano de Gestão, a manutenção e ampliação do serviço
 - d. Previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução das atividades abrangidas pela parceria.
 - e. Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas.
- **Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)
- ***Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos)
- ****O não atendimento ou atendimento insatisfatórios (0,0 pontos)

Obs. A atribuição de nota “zero” nesse critério implica em eliminação da proposta, por força do art. 16, § 2º, incisos II e III, do Decreto nº8./726, de 2016.

4. Continuação até o Preenchimento de Vagas ou Propostas Aptas: As rodadas de seleção serão conduzidas até que todas as vagas disponibilizadas sejam preenchidas ou até que todas as propostas aptas tenham sido contempladas.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL

O Sr(a) _____, Prefeito(a) do município de _____, Brasileiro(a), Casado(a), portador(a) da CI nº _____-SSP/MG, e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº _____, DECLARA, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, declara que é responsável por qualquer informação ou documentação apresentada, que não corresponda à verdade formal e material, pelo Município de _____, e que:

1. Dispõe de toda a estrutura e recursos necessários para execução da proposta, em especial as seguintes:
 1. Administrativa (listar / relacionar informações sobre a capacidade. Caso não haja informação excluir o item);
 2. Técnica (listar / relacionar informações sobre a capacidade. Caso não haja informação excluir o item);
 3. Operacional (listar / relacionar informações sobre a capacidade. Caso não haja informação excluir o item);
 4. Experiência (listar / relacionar informações sobre a capacidade, como: algum convênio e/ou projeto executado pelo órgão na mesma área da proposta, prestação de contas aprovada. Caso não haja informação excluir o item);
 5. Pessoal qualificado (listar / relacionar informações sobre a capacidade, como a qualificação do pessoal que atuará na execução da proposta: nutricionista, assistente social, pedagogo, educação física, cozinheiro, etc. Caso não haja informação excluir o item);
 6. Estrutura organizacional (listar / relacionar informações sobre a capacidade, como: a estrutura da Diretoria, Coordenação, Seção, etc que executará a proposta. Caso não haja informação excluir o item);
 7. Instalações (listar / relacionar informações sobre a capacidade, como: quais são as instalações disponíveis para a execução da proposta: cozinha, refeitório, sala de reunião, almoxarifado, etc. Caso não haja informação excluir o item);
 8. Equipamento (listar / relacionar informações sobre a capacidade, como: os equipamentos que possui e serão usados na execução da proposta. Caso não haja informação excluir o item);
 9. Tecnologia (listar / relacionar informações sobre a capacidade. Caso não haja informação excluir o item);
- Dessa forma, encontra-se apto à perfeita execução das especificadas no Projeto Técnico constante no E-Docs.

Local e Data

Assinatura do Prefeito

OBS: A declaração deverá ser feita em papel timbrado, assinada, digitalizada e anexada ao SEI.

ANEXO III - MODELO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO (Preencher todos os itens)

1.Data:(data em que o projeto técnico foi elaborado)
2.Título do Projeto:
3.Proponente:Prefeitura Municipal de (escrever o nome do Município)
4.Identificação do Objeto:Execução do Projeto de Modernização de Cozinha Comunitária no Município (escrever o nome do Município)
5.Previsão do Período de Execução:Início: mês/ano - Término: mês/ano. Inserir data que pretende iniciar as atividades com recursos da parceria.
6.Introdução:descreva brevemente sobre o município, aponte o número de habitantes, estimativa de famílias pobres e de baixa renda, total de famílias inseridas no programa Bolsa Família, dentre outras informações que o município possuir.
7.Objetivo do Projeto
8.Endereço local onde será executado o projeto.
9.Justificativa– Indicar o porquê da necessidade do funcionamento da Cozinha Comunitária na localidade, o que se pretende alcançar com os resultados e como a Unidade poderá se articular com outros projetos ou programas de SAN desenvolvidos no município.
10.Caracterizar a área de intervenção– identificando a existência de infraestrutura urbana básica, como: rede de abastecimento de água, iluminação pública, pavimentação, esgotamento sanitário (rede pública de coleta de esgoto / fossa séptica), rede de coleta de águas pluviais, serviço de coleta de lixo e transporte público; identificar outros equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis na área e no entorno (Mercados Públicos, Feiras Municipais, CRAS, Hospitais, Postos de Saúde, Escolas, Equipamentos Culturais, Equipamentos e Projetos de SAN).
11.Relatar o perfil do público alvo e da população do bairro onde o projeto será executado, destacando nº de moradores, situação das residências, como os moradores estão organizados, índice de violência no bairro, expressões culturais existentes, etc;
12.Caracterizar o tipo de refeições e serviços,elaborado em parceria com o profissional de nutrição;
13.Caracterizar a infraestrutura física, equipamentos e equipe técnica para execução do projeto;
14.Relatar parcerias e articulação do Projeto Cozinha Comunitária junto com o CRAS e demais equipamentos da Rede Pública Socioassistencial e da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional, como por ex., realização de palestras motivacionais nas áreas de educação Alimentar e Nutricional para as pessoas inseridas no CadÚnico da assistência social, Banco de Alimentos, etc;
15.Discorrer sobre as estratégias relacionadas quanto ao uso de gêneros alimentícios da agricultura familiar, no preparo das refeições;
16.Relatar como o município divulgará as ações da cozinha comunitária para os beneficiários diretos, para a comunidade e às instâncias de controle social;
17.Informar as estratégias para a gestão e sustentabilidade do projeto:doações recebidas, tipo de gestão.
18-Metas e Cronograma fisico-financeiro- quantificação do número de beneficiários que serão atendidos na Cozinha Comunitária e do número de refeições a serem fornecidas. Pela especificidade do objeto, o projeto deve ser organizado em metas que melhor organize a sua execução. Cabe ressaltar que somente pode ser considerado como meta, etapa ou fase aquilo que consumirá recursos do valor global. Apresentação das previsões de custo. Meta 1:Distribuir refeições na Cozinha Comunitária Valor (R\$): Indicador(es):Quantidade de refeições distribuídas (mínimo 100 almoços/dia)
19-Produtos e resultados esperados- benefícios e impactos
20-Monitoramento e avaliação das ações
21-Outros documentos anexos (a conveniência do Município)- memória, execução do plano,comprovação de experiências anteriores, etc.

ANEXO IV - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO COZINHA COMUNITÁRIA

OBS: este relatório deverá ser acrescentado ao modelo de relatório do Sigcon no monitoramento semestral de execução após a realização do convênio.

Tipo relatório: () semestral () Final		
Período das atividades desenvolvidas: / / à / / 20XX		
1. Dados de Identificação		
Data do preenchimento:	Responsável pelas informações:	
Contato telefone fixo:	Cel:	Email:
Município:		
Nome da Cozinha (se houver):		
Endereço:		
Ponto de referência:		
Contato telefone fixo:	Cel:	Email:
Coordenador da Cozinha:		
Gestor da Assistência Social do Município:		
Contato telefone fixo:	Cel:	Email:

2. Resumo das atividades realizadas:

3. Funcionamento:

4. A Cozinha Comunitária está atendendo as pessoas em insegurança alimentar e nutricional?

() Sim () Não

5. Espaço Físico (Conservação, ventilação, iluminação e condições higiênicas):

6. Tipos de refeições produzidas:

() Almoço () Outras. Especifique:



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202405030125510144.

7. Quantitativo de Refeições

Produção/tipo das refeições	Diária	Mensal

8. A equipe faz o aproveitamento integral dos alimentos:

() Sim () Não.

9. Perfil do Público atendido:

Público	sim	não	Quantidade
Crianças e adolescentes			
Gestantes			
Nutrizes			
Jovens e adultos			
Idosos			
Pessoas com deficiência			
Trabalhadores de baixa renda (ambulante agricultor familiar, etc.)			
Beneficiários do Programa Bolsa Família			
Usuários do Programa Criança Feliz			
População em situação de rua			
Outro. Especifique:			

10. A equipe encaminhou nesse período usuários para outros serviços da rede:

() Sim () Não.

11. Cursos/oficinas/palestras oferecidos (caso tenha sido ofertado):

Cursos	Nº de turmas	Nº de participantes	Carga Horária semanal (em horas)

12. Relatório Fotográfico

Imagem	Descrição

13. Informações sobre os recursos?

1. Detalhamento das Despesas do convênio

Especificação	Unidade	Quantidade	Custos		Nº da Nota Fiscal
			Valor Unitário	Valor Total	

14. Informações Adicionais:

Local e data

Responsável Técnico

ANEXO V – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

- Proposta de plano de trabalho preenchida no SIGCON-SAÍDA, impressa e assinada pelo prefeito
 - Certificado de Regularidade do CAGED com status "regular" e situação atual "normal" 2 no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. (<http://www.portalcaged.mg.gov.br>)
 - Comprovante de abertura de conta corrente para o convênio de saída, emitido pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou outro banco público, contendo o nº da agência e conta corrente. Obs.: A conta corrente deve ser específica para o convênio de saída a ser celebrado
 - Cálculo de Contrapartida Mínima.
 - Declaração de que os recursos referentes à contrapartida financeira estão assegurados 5 mediante a existência de saldo orçamentário e indicação da respectiva dotação, assinada pelo prefeito.
 - Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) em que conste a dotação orçamentária completa, o saldo e o ano vigente, assinada(s) pelo prefeito.
 - Memória de cálculo da contrapartida não financeira (SE FOR O CASO).
 - Declaração de autenticidade dos documentos apresentados em cópia simples, assinada pelo prefeito.
 - Declaração de que o convenente não contratará ou autorizará serviço ou fornecimento de bem de fornecedor ou prestador de serviço inadimplente com o Estado de Minas Gerais, na hipótese de utilização de recursos estaduais, assinada pelo prefeito
- PARA AQUISIÇÃO DE BENS APRESENTAR TAMBÉM**
- Planilha detalhada de itens e custos dos bens de forma unitária e global, assinada pelo prefeito;
 - 03 (três) orçamentos do(s) item(ns) a ser(em) adquirido(s), cada qual contendo o CNPJ da empresa no orçamento, com data de emissão nos últimos 3 meses anteriores à data da proposta do plano de trabalho, ou outro parâmetro utilizado para cálculo do custo.
 - Documentação complementar a depender do objeto. Obs.: Solicitar orientação da concedente sobre a necessidade de apresentação de documentos complementares adicionais.

ANEXO VI – DOS CONCEITOS

- Equipamentos Públicos de SAN: empreendimentos implantados para garantir a produção dos serviços públicos propostos pelos Programas e Ações da Política Nacional de SAN, contemplando a infraestrutura e materiais necessários à instalação e operacionalização dos Programas de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN.
- Qualificação Profissional - desenvolvimento de habilidades voltadas para a competência do trabalhador e que se relacionam não apenas ao saber-fazer, mas aos saberes (conhecimentos), ao saber-ser (atitudes) e ao saber agir (práticas do trabalho), implicando assim três dimensões: cognitivas, motoras e atitudinais.
- Geração de Renda - desenvolvimento de condições necessárias para o trabalhador obter remuneração através da realização de tarefa, trabalho ou ocupação produtiva de forma autônoma, cooperativa ou autogestionada, junto ao mercado informal de trabalho.
- Interveniente: órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou entidade privada que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
- Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física, e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.
- Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.
- Objeto: o produto final do convênio, observados o programa de trabalho e as suas finalidades.
- Projetos: todas as peças documentais necessárias para a mensuração das características sociais, materiais, custos e prazos necessários à implantação e/ou modernização dos Equipamentos Públicos e desenvolvimento efetivo dos Programas.
- Segurança Alimentar e Nutricional – SAN: é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurar este direito, e devem fazê-lo em obrigatoriedade de articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas.
- Termo Aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação de convênio celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado.
- Tomador: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a Administração estadual pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.
- Convênio de saída: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento de interesse recíproco, em que o concedente integra a Administração Pública do Poder Executivo Estadual, por meio do qual são conjugados esforços, visando a disciplinar a atuação harmônica e sem intuito lucrativo das partes para a realização de programa, projeto, atividade, inclusive reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens, mediante a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas no orçamento estadual;
- I - concedente: órgão ou entidade da Administração Pública do Poder Executivo Estadual responsável pela transferência de recursos financeiros destinados à execução do objeto do convênio de saída;
- II - conveniente: órgão ou entidade da Administração Pública, ou consórcio público, ou ainda, entidade privada sem fins lucrativos, responsável pela execução do convênio de saída;
- III - interveniente: órgão ou entidade da Administração Pública, ou consórcio público, ou ainda, pessoa jurídica de direito privado que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;
- IV - objeto: produto ou resultado que se deseja obter ao final do período de execução do convênio de saída, observado o plano de trabalho e o núcleo da finalidade;
- V - núcleo da finalidade: essência do convênio de saída relacionada ao interesse público recíproco buscado pelo instrumento;
- VI - inadimplente: pessoa jurídica de direito público ou privado que: a) não apresentar a prestação de contas, parcial ou final, dos recursos recebidos, nos prazos estipulados na legislação vigente à época da celebração do convênio de saída; b) tiver sua prestação de contas reprovada pela concedente; c) estiver em débito com as obrigações fiscais; ou d) estiver inscrito em cadastros que vedam o recebimento de recursos públicos.
- VII - chamamento público: procedimento de seleção de proposta, de órgão ou de entidade, baseado em critérios objetivos preestabelecidos, para aferição da qualidade da proposta, da qualificação técnica e da capacidade operacional do interessado;
- VIII - contrapartida: aporte de recursos, financeiros ou não, do convenente para a execução do objeto do convênio de saída;
- IX - proposta de plano de trabalho: documento a ser apresentado à Administração Pública do Poder Executivo Estadual pelo interessado em celebrar convênio de saída, contendo, no mínimo, os dados necessários à avaliação do programa, projeto, atividade, inclusive reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens;
- X - plano de trabalho: documento que descreve o conteúdo da proposta aprovada e o detalhamento do objeto do convênio de saída, tornando-se base para a execução, gestão dos recursos e acompanhamento do programa, projeto, atividade, inclusive reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens;
- XI - meta: entrega do objeto, definida de forma objetiva e quantificável, contendo a especificação da etapa, fase ou atividade, de acordo com o tipo de atendimento previsto no plano de trabalho;
- XII - termo aditivo: instrumento que tem por objetivo a alteração de cláusula do convênio de saída ou do plano de trabalho, podendo ser dispensado em casos específicos definidos;
- XIII - ampliação do objeto do convênio de saída: aumento quantitativo do objeto inicialmente pactuado ou incremento do objeto além daquele previsto no plano de trabalho, desde que observado o núcleo da finalidade do convênio;
- XIV - prestação de contas: documentos, informações e demonstrativos apresentados pelo convenente destinados a comprovar, perante a concedente, a regularidade da gestão dos recursos públicos durante a execução do convênio de saída, podendo ser parcial ou final;
- XV - medidas administrativas internas: diligências, comunicações ou outros procedimentos devidamente formalizados destinados a promover a prestação de contas ou o ressarcimento ao erário.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA PARA PROPOSTA DE MODERNIZAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS (ETAPAS 4ª E 5ª)

O Município de XXXXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ xxxx , com sede xxxxxxxxxx, neste ato representado pelo prefeito xxxxxx brasileiro, portador da Carteira de Identidade, nº XXXX SSP/XX, e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado à XXXXXXXXXXXX – Bairro XXXXXX – Município/Estado, DECLARA, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, nos termos da legislação vigente e, ainda, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e fica responsável por qualquer informação ou documentação apresentada, que não corresponda à verdade formal e material, que no ESTADO/ MUNICÍPIO XXXXXX-XX:

Há em sua Lei Orçamentária previsão de contrapartida no valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXX reais e XXXXXXX centavos), na forma do disposto na alínea "d" do inciso IV do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para firmar Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais - SEDESE-MG com o objetivo de implementar o Projeto APOIO À MODERNIZAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA e estes recursos encontram-se alocados na Lei nº XXXXX, de XX de XXXXXX de XXXX, conforme a seguinte classificação orçamentária:

Exemplo:	
Órgão	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
Programa	Programa 74 - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável Para Todos os Povos do Território Mineiro
Ação	Ação 4196: Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
Natureza da despesa	xxxxxx- Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
Descrever como se dará a contrapartida	

* A contrapartida não financeira pretendida poderá ser descrita por meio de bens e serviços, desde que relacionados ao objeto do Convênio de Saída, devendo o convenente apresentar memória de cálculo que permita mensurar economicamente o valor a ser aportado.

